Bioeconomia brasileira conectada ao mercado global

A iniciativa em Londres vai promover a exposição de 50 produtos

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO

A edição de 2025 do evento contou com uma apresentação artística de um grupo musical brasileiro

Produtos e experiências da bioeconomia brasileira vão se tornar a vitrine do país durante o World Travel Market (WTM), em Londres, entre os dias 2 e 6 de novembro. A participação no principal evento global voltado para o trade da indústria turística integra a missão empresarial (Visit Brasil Trade Mission), liderada pelo Sebrae e pela Embratur, na capital inglesa.

Por meio de edital foram selecionados 50 produtos que vão ser expostos em Londres. São cosméticos, biojoias, alimentos, bebidas e peças de vestuário produzidos por pequenos negócios de oito estados da Amazônia Legal: Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

"São produtos da bioeconomia vinculados aos seus territórios que, ao mesmo tempo, tornam-se atração turística por possuírem ativos de alto valor, como biodiversidade, cultura, conhecimento e identidade", disse Thyago Gatto, analista de Acesso a Mercados do Sebrae Nacional.

Durante o evento, o Sebrae participa de painel no qual vai apresentar as ações e os programas da instituição com foco no fomento dos pequenos negócios da bioeconomia brasileira, que unem inovação e saberes tradicionais a partir de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

"O Brasil tem produtos da bioeconomia com muita qualidade que já estão ganhando o mercado nacional. Nada mais justo do que proporcionar a esses empresários a oportunidade de expandir o mercado e vender seus produtos para o mercado internacional", avalia Gatto.

O estande do Brasil também vai contar com a presença do chef paulistano Rafael Cagalli, do restaurante londrino Da Terra, reconhecido com duas estrelas Michelin. Durante cooking show, ele vai mostrar como a gastronomia é um elemento de conexão e promoção da biodiversidade brasileira.

Mais do que uma ação de promoção turística ou uma agenda comercial pontual, a missão empresarial tem a bioeconomia brasileira como eixo estruturante e o turismo como interface entre território e mercado. A iniciativa representa um ambiente qualificado de diálogo institucional, inteligência de mercado, intercâmbio de conhecimento, cooperação e geração de negócios.

Nos dias 4 e 5 de novembro, a missão empresarial promoverá atividades de benchmarking e intercâmbio técnico com referências britânicas em inovação, transferência de conhecimento, biotecnologia, incubação e empreendedorismo. Já no dia 6 de novembro será realizado o Workshop Brasil BioMarket para promover o diálogo e mostra B2B, com a participação de atores qualificados do ecossistema britânico.

Na ocasião será apresentada a iniciativa Brasil BioMarket do Sebrae, concebida como loja colaborativa e plataforma de negócios para conectar a biodiversidade e a sociobioeconomia dos biomas brasileiros aos mercados nacional e internacional, valorizando pequenos negócios, produtores, empreendedores e comunidades.

"A Brasil BioMarket foi lançada na COP30 em Belém e foi um sucesso. Desde então, marca presença em grandes eventos nacionais, como o Startup Summit e o Inova Amazônia Summit", ressalta do analista do Sebrae Nacional.

Fazem parte da delegação da missão representantes do Sebrae e Embratur, bem como de instituições parceiras como a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Instituto Clima e Sociedade (ICS) e a Fundação Amazônia+21. A iniciativa também conta com apoio institucional do Ministério do Turismo e da Embaixada do Brasil no Reino Unido.

ISS fora do PIS/Cofins: quais os próximos passos

Da **Redação**

Empresas prestadoras de serviços devem revisar seus procedimentos tributários e avaliar os possíveis impactos da exclusão do Imposto Sobre Serviços (ISS) da base de cálculo do PIS e da Cofins. A análise pode ajudar a identificar oportunidades de economia tributária, evitar recolhimentos indevidos e preparar os negócios para os desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Bruno Medeiros Durão, advogado tributarista e fundador da DAP Advocacia, o momento exige atenção das empresas, especialmente diante da necessidade de avaliar como a mudança se aplica a cada operação e quais providências podem ser adotadas para proteger o caixa.

"A revisão tributária precisa fazer parte da gestão financeira das empresas. Não basta acompanhar uma decisão judicial e presumir que haverá redução automática dos impostos ou devolução de valores. É necessário analisar a forma de apuração dos tributos, os recolhimentos realizados, a documentação fiscal e a situação de cada contribuinte para identificar oportunidades concretas e juridicamente seguras", explica.

O especialista recomenda que as empresas comecem pela conferência dos cálculos de PIS e Cofins, dos documentos fiscais e dos valores de ISS considerados na apuração das contribuições. O levantamento permite dimensionar os possíveis efeitos financeiros da mudança e avaliar se existem medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

A apuração dos tributos e a possibilidade de recuperar valores recolhidos

Outro ponto de atenção é a possibilidade de recuperação de valores recolhidos anteriormente. Embora a decisão do STF tenha reconhecido que o ISS não deve integrar a base de cálculo do PIS e da Cofins, a extensão de eventuais créditos depende dos efeitos temporais definidos pelo Tribunal, dos prazos legais e da situação de cada empresa.

"Cada caso precisa ser examinado individualmente. A existência de uma decisão favorável aos contribuintes não significa que todas as empresas poderão recuperar automaticamente os últimos cinco anos de recolhimentos. É fundamental verificar os períodos envolvidos, os pagamentos efetuados e os requisitos necessários para eventual restituição ou compensação", afirma Bruno.

A recomendação é que as empresas não aguardem a consolidação de todos os desdobramentos para organizar seus documentos e revisar os procedimentos internos. A preparação antecipada permite identificar possíveis impactos no planejamento financeiro e tomar decisões com maior segurança, sem confundir uma oportunidade tributária com um crédito já reconhecido e disponível.